

Por Antonio Penteado Mendonça



Ao longo das últimas duas semanas, um jovem morreu eletrocutado ao se encostar num poste em São Paulo, dois foram mortos a bala numa briga num posto de gasolina, vários outros perderam a vida ou ficaram feridos em acidentes de automóveis, crianças foram vítimas de balas perdidas no Rio de Janeiro, adultos foram vítimas de balas perdidas no Rio de Janeiro, alguns se afogaram, outros caíram da moto, etc. A lista de acidentes que matou ou feriu milhares de brasileiros durante o carnaval é vasta, rica e diversificada. Tem para todos os gostos. O problema mais sério é que, por conta dela, muitas famílias foram atingidas direta ou indiretamente, com custos sociais enormes.

O que se pode fazer para mudar o quadro? Não há muito a ser feito. O Brasil está moralmente estraçalhado e isso cobra um preço absurdo da sociedade. Na medida em que milhares de pessoas não respeitam as regras mínimas de convivência social, ou mesmo as leis penais que deveriam inibir ações criminosas, há pouco a ser feito. E o quadro se agrava mais quando a Justiça, especialmente nas instâncias mais altas, dá o mau exemplo, soltando gente que, em qualquer lugar do mundo, não sairia da cadeia tão cedo.

Este ano a economia deve apresentar resultados animadores. Tem quem fale em até 3% de crescimento, o que não é pouco, depois da severa recessão que nos foi legada pelo PT e seus aliados. A lição de casa está sendo feita, mas ainda é cedo para comemorar. Falta muito para o país entrar na zona de conforto capaz de garantir a eliminação da crise. Até porque os políticos que estão aí e de quem dependem as mudanças são os mesmos que estavam aí no momento em que o barco começou a fazer água. Quer dizer, há o risco concreto de ficar tudo como está, muito antes do que seria necessário para a nação respirar aliviada.

Entre os setores econômicos que devem crescer acima da média, o setor de seguros tem a chance real de atingir um grau de penetração social inédito até hoje. Com a retomada do crescimento da economia as demandas por proteção tendem a aumentar, gerando um fenômeno semelhante ao que se viu logo após o Plano Real, quando teve início o processo de crescimento acelerado que se manteve até o começo da crise e que permitiu que seguro fosse das áreas menos afetadas pela recessão.

Se, de um lado, isso é muito positivo, de outro, a realidade trágica dos acidentes de todas as naturezas que infernizam e enlutam a vida do país é o contraponto que mostra que os sinistros devem se manter em patamares elevados, principalmente em determinadas regiões desestruturadas pela perda de competência do Estado no trato da coisa pública.

O exemplo gritante é o Rio de Janeiro. A bandidagem não respeita a polícia e está mais bem armada do que ela, o que, em situações de confronto, invariavelmente custa caro em vidas, para não falar nos prejuízos decorrentes do roubo de carga, do roubo de veículos, dos demais tipos de

crimes contra o patrimônio, do tráfico de drogas, do tráfico de armas, da lavagem de dinheiro e o mais que se pensar, com custos sociais altíssimos.

Seguro existe para garantir o funcionamento da sociedade, protegendo seus integrantes e garantindo a reposição de patrimônios e capacidades de ação afetadas por eventos cobertos pelas apólices.

O funcionamento do seguro está baseado no mutualismo, pelo qual cada um contribui, proporcionalmente ao seu risco, para a constituição de um fundo comum destinado a fazer frente aos sinistros que afetem seus componentes.

Quanto menos sinistros, menor a contribuição; quanto mais eventos indenizados, maior a contribuição. Não tem como ser diferente, o cálculo do preço de cada seguro está diretamente ligado aos pagamentos das indenizações. Se as indenizações sobem em função de fatores independentes da capacidade de gestão da seguradora, a única ferramenta que sobra é o reequilíbrio da carteira pelo aumento do preço. E é isso o que acontecerá com alguns seguros, mesmo com o setor aquecido pela demanda decorrente do crescimento econômico.

Fonte: SindsegSP, em 16.02.2018.